A MULHER NA REVOLUÇÃO FRANCESA

Dhynifer Larissa Gutierrez PEREIRA¹
Prof. MSc. Rafael Henrique Antunes

RESUMO

A presente pesquisa, embasada em referências bibliográficas, apresenta no contexto da Revolução Francesa uma nova leitura a partir da atuação das mulheres no decorrer desse conflito. Com o intuito principal de compreender os motivos que levaram à exclusão feminina do processo, bem como de suas ações, analisa-se tal participação na historiografia Francesa, apresentando o perfil e a atuação de mulheres que foram determinantes no desfecho desse evento, buscando compreender os motivos pelos quais foram sistematicamente apagadas da história. Salientando como que ao longo dos séculos, a condição feminina foi se transformando, desde a sociedade primitiva até os dias atuais e buscando compreender como que através disso iniciou-se a constante dominação sobre o sexo feminino, a fim de mostrar que a condição da mulher no meio em que vive, não é uma particularidade da sociedade francesa, mas a realidade de muitos anos e que foi mantida durante toda história humana. A relevância de tal trabalho parte da premissa em revelar como era a condição feminina no contexto desse grande marco histórico na França, permitindo buscar referências em relação as mudanças que ocorreram até a atualidade. Por fim a pesquisa revela através das análises, que as ações das mulheres francesas, não tiveram sua importância divulgada, primeiramente por serem mulheres e porque historicamente elas não se enquadram na construção da própria história, uma vez que não podem ocupar o lugar que predominantemente sempre foi do homem.

Palavras-chaves: Revolução Francesa; Mulher; Revolucionárias.

Introdução

Para discutir as questões que envolvem as mulheres do meio social na atualidade, se faz necessário um recuo considerável na história, a fim de compreender como que, aos poucos, a mulher foi sendo dominada e diminuída ao longo dos séculos.

No livro *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, Engels (2017, p. 55) vai demonstrar ao definir os variados modelos de constituição familiar ainda

¹ Graduanda em História – Faculdades Integradas Regionais de Avaré. Email: gutierresdhynifer@gmail.com

“primitiva”, como as relações que envolvem as mulheres vão se modificando à medida que o homem vai evoluindo e transformando sua realidade. Aproximando cada vez mais das concepções atuais referentes às ações e comportamentos que se espera do sexo feminino, a relação entre homem e mulher, vai também sofrer novas mudanças.

Apresentando as definições de Família Consanguínea, Punaluna, Pré-Monogâmica e Monogâmica ele evidencia como esse convívio ocorria, distanciando-se muito dos ideais que se preza atualmente – principalmente na concepção de família –, causando na maioria das vezes, certa incompreensão.

A primeira fase da organização familiar foi a família consanguínea, onde as relações pessoais eram baseadas na interação sexual entre os membros da própria família. Isso vai se modificando aos poucos, a partir de novas percepções da própria existência humana. As próximas concepções de família serão, de certa forma, uma desintegração da primeira, limitando o envolvimento dos membros familiares. Ou seja, se no primeiro modelo existia uma interação abrangente entre eles, no segundo ela vem para excluir as relações sexuais entre os membros familiares, por conseguinte chegando finalmente nas relações pré-monogâmicas e monogâmicas. Nesse estágio o envolvimento sexual deixa de ser entre as pessoas de parentesco direto, a interação entre eles agora era de modelo monogâmico: apenas entre um homem e uma mulher. Muito embora os homens não tenham extinguido por completo as práticas poligâmicas, em contrapartida na questão da mulher, ela deveria relacionar-se apenas com um único homem, nesse caso a figura patriarcal da família da qual ela estava inserida.

As noções de uniões conjugais, casamento, adultérios entre outros, são conceitos muito atuais. Nas sociedades primitivas isso não existiu, num primeiro momento. Do mesmo modo, referente à mulher, a cobrança comportamental, ética e moral dos tempos hodiernos, também não era algo questionável, justamente por não ser compatível à mentalidade da época.

À medida que o ser humano vai evoluindo, ele modifica estruturas do meio em que vive, tanto ambiental quanto social. Essas transições de constituições familiares são exemplos disso e não ocorreram da noite para o dia: foi um processo de muitos séculos. É através da monogamia que a condição da mulher vai ganhando outra finalidade e colocando o homem em posição de ser superior em relação a ela, sendo ele o agente dominante.

Baseia-se no domínio do homem com a finalidade expressa de procriar filhos cuja paternidade fosse indiscutível e essa paternidade é exigida porque os filhos deverão tomar posse dos bens paternos, na qualidade de herdeiros diretos. A família monogâmica se diferencia do casamento pré-monogâmico por uma solidez muito maior dos laços conjugais que já não podem ser rompidos por vontade de qualquer das partes. Agora, como regra, só o homem pode rompê-los e repudiar sua mulher. (ENGELS, 2017, p.85)

Uma vez instituída a monogamia, a finalidade da mulher passa ser a de procriadora e ela deve agora “fidelidade” a um único homem, isso porque este precisa ter o controle de sua prole. Portanto, a mulher não deve mais ter relações com outros homens como havia ocorrido em períodos anteriores. Contudo, o homem continua a ter as mesmas praticas da poligamia. A partir desse momento o homem se sobrepõe à mulher, e em todos os aspectos seguintes ela irá ser colocada como inferior a ele e reduzida apenas às funções de procriadora e cuidadora dos filhos, destinada também aos afazeres da vida doméstica.

A monogamia, portanto, não entra de modo algum na história como uma reconciliação entre o homem e a mulher e, menos ainda, como forma mais elevada de casamento. Pelo contrário, surge sob a forma de subjugação de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado até então, em toda a pré-história. (ENGELS, 2017, p.89)

Essa mudança foi, até um primeiro momento, o motivo inicial para a manutenção desse retrato familiar enquanto modelo a ser seguido, do qual a maior parte da sociedade ainda vive. Outros preceitos foram implantados para a justificação de tal prática, principalmente religiosos, porém com outros ideais. O que circunda a discussão em relação às mulheres é compreender que foi através desse acontecimento histórico que elas passaram a serem vistas de outra maneira.

Assim sendo, a mulher passou a ter sua importância relativizada enquanto ser humano atuante no mundo. A ela foram destinadas as questões domésticas, a submissão aos maridos, a educação dos filhos, e a aceitação de inúmeras situações de violência de todos os tipos. Isso porque a própria mulher era orientada a pensar que, de fato, ela tinha seu próprio lugar e não se igualava aos homens. De lá pra cá muita coisa mudou e através de muita luta as mulheres foram conquistando seus espaços na sociedade contemporânea, embora enfrentem novas diversidades que caminham com o tempo que vivem, buscam o respeito e igualdade no meio social.

Diante da importância das mulheres ao longo da história, primeiro como seres humanos, segundo como sinônimo de luta, a presente pesquisa tem como objetivo

evidenciar as situações vividas, suportadas e reivindicadas, por elas em um período importante da história humana: a Revolução Francesa.

Marcada também pela busca de um ideal, a Revolução Francesa foi um levante popular com o intuito de manifestar as insatisfações do modo como viviam os franceses até aquele momento.

Muito se é falado e discutido sobre esse momento da França nos séculos XVIII e XIX. Tal importância se justifica a ponto de ter sido utilizado por historiadores para marcar a linha do tempo histórico, como fim da Idade Moderna e o início da Idade Contemporânea. Esse evento abriu precedentes para inúmeras discussões devido às grandes transformações que ocorreram, em momentos posteriores, nas estruturas políticas, econômicas e sociais, não somente da França.

Diante da grandeza do que foi a Revolução Francesa, se faz necessário o estudo daquilo que não ficou tão evidente, ou aquilo que passou despercebido por muito tempo, ou seja, as mulheres.

As únicas figuras femininas que receberam certo destaque nesse período, foram duas grandes personagens: Charlotte Corday e Maria Antonieta, porém não são as únicas, que tiveram importantes contribuições no desenrolar da Revolução.

No clima de efervescência da convocação dos Estados Gerais¹ em agosto de 1788, para início em maio de 1789, Luís XVI convidou todos os franceses a lhe apresentarem seus votos, pedidos e reclamações nos Cadernos de Queixas (Cahiers de Doléances) de suas paróquias ou localidades. Essa era a forma pela qual tradicionalmente o rei consultava os súditos acerca do estado de seu reino e obtinha um consenso para a votação de subsídios extraordinários [...] As mulheres, no entanto, não foram consultadas nesse grande testemunho coletivo, exceto as que eram membros de algumas guildas, como as floristas e modistas de Paris. Considerava-se que elas estavam naturalmente representadas pelos homens da família. Mesmo assim, algumas resolveram se manifestar escrevendo e publicando suas queixas em cartas e petições dirigidas ao rei e aos integrantes dos Estados Gerais. O espírito das Luzes permeava esses escritos: a maioria pedia mais esclarecimento, mais educação e igualdade perante a lei para os dois sexos. Outras reivindicavam a lei do divórcio e treinamento profissional para conquistar a independência financeira. Muitas demonstravam aguda percepção da situação política. E quase todas as cartas se referem à necessidade de moral e bons costumes (moeurs) para reformar a sociedade (MORIN, 2014, p. 41)

Mediante o exposto, a problemática que envolve o presente trabalho está baseada na compreensão dos motivos pelos quais as mulheres não são citadas na historiografia francesa, tampouco suas ações, uma vez que, com a ausência delas, esse evento revolucionário oferece paulatinamente uma única perspectiva de interpretação: o masculino.

Portanto, a pesquisa desenvolvida terá como finalidade o estudo da atuação da mulher no período revolucionário da França, compreendendo sobretudo as condições que elas se encontravam, quais eram seus questionamentos, posicionamentos e reivindicações, buscando referenciais que explorem tal assunto, analisando também como a figura da mulher é projetada naquele contexto social, trazendo com primazia as mulheres da Revolução Francesa, tendo como objetivo a compreensão dos motivos pelo qual as ações das mulheres foram excluídas da narrativa desse acontecimento do século XVIII, oferecendo uma nova leitura desse evento sob outra ótica, mas não menos importante.

Revolução Francesa

Os acontecimentos que antecederam e nortearam a grande Revolução do século XVIII, na Europa, não surgiram da noite para o dia; tampouco foi uma simples manifestação rebelde. A importância desse marco na história da França – que se propagou mundo afora e germinou de forma muito particular através de seus princípios revolucionários outros países no contexto social, político, econômico e também filosófico, apropriando-se, de vieses iluministas e liberais –, continua ganhando certo destaque e servindo de referência para o mundo.

Esses ecos da revolução ocorrem por conta de suas características únicas, justamente aquilo que a distingue de todas as outras revoluções, não menos importantes, mas talvez a única que trouxe no seio da sua ação o princípio libertador. A Revolução Francesa é a única de todas as Revoluções, que traz consigo caráter ecumênico, a fim de não libertar apenas sua nação e seu povo, mas com ideais revolucionários para o mundo, o que de fato ocorreu. (HOBSBAWM, 2020)

A França, que no contexto da Revolução se encontrava bastante debilitada em termos econômicos, por consequência da Guerra dos Sete Anos e também por ter prestado auxílio aos Estados Unidos na Guerra de Independência daquele país, começava a viver uma forte crise econômica e social, desencadeando a insatisfação por parte da população. Isso porque a nobreza e o alto clero, junto ao rei Luís XVI, desfrutavam de regalias e muito luxo. Em contraste, a maior parte da massa, composta pela burguesia, comerciantes, artesãos e camponeses, de modo geral a classe menos favorecida – exceto pela burguesia –, viviam em situações de miséria, passando fome.

Contudo, a fome não era a maior das preocupações das classes dominantes; muito pelo contrário, estavam preocupados, diante da situação que se encontrava o país, por quanto tempo mais, conseguiriam manter o “estilo de vida” que levavam.

Embora a nobreza e o clero fossem isentos de taxas tributárias, o rei pressionado, convocou em 1789 a Assembleia dos Estados Gerais, com o intuito de tratar das questões financeiras da França. De modo geral, se tratava de uma reunião para resolver problemas econômicos do país, focando na questão do pagamento de impostos. E é nesse momento que os acontecimentos na França, mudariam os rumos políticos daquela nação, refletindo no mundo todo.

A proposta do rei em sugerir que o clero e a nobreza, começassem a pagar tributos à corte e que isso fosse decidido de forma “democrática”, validando um voto por cada Estado, fez com que os representantes do terceiro Estado observassem que em relação a eles nada mudaria, não concordando com os seguimentos daquela reunião. Preocupado com a reação da população, o monarca dissolve a Assembleia, despertando o espírito revolucionário que começava a ferver nessa mesma população.

O primeiro ato foi iniciado com a formação da Assembleia Nacional Constituinte, pelo terceiro Estado, que em teoria exigia que o reino francês tivesse uma Constituição. A partir desse momento a população começava a ganhar seu espaço como protagonistas de um levante que romperia com as estruturas da monarquia. A invasão da Bastilha em 14 de julho de 1789, símbolo do absolutismo francês, demonstrava a grandeza que a revolução francesa começava a adquirir.

O resultado mais sensacional de sua mobilização foi a queda da Bastilha, uma prisão estatal que simbolizava a autoridade real e onde os revolucionários esperavam encontrar armas. Em tempos de revolução nada é mais poderoso do que a queda de símbolos. A queda da Bastilha, que fez do 14 de julho a festa nacional francesa, ratificou a queda do despotismo e foi saudada em todo mundo como princípio de libertação. (HOBSBAWN, 2020. p. 110)

O país europeu vivenciaria, dali em diante, grandes conturbações; mas adquiririam também inúmeros princípios e valores que serviriam não somente aos franceses, mas para países. Ao demonstrarem suas insatisfações com o reinado da França, a grande massa, denominada naquele contexto de *sans-culottes*, vai acabar também por influenciar a população rural, que vivia inclusive, subordinadas a situações precárias de vida e trabalho, com resquícios do feudalismo.

O chamado Grande Medo, tomará conta do cenário pelo qual passava a França. Esse período é marcado pelos próximos passos da revolução, característicos de revoltas camponesas. Esse nome se dá pela proporção dos ataques direcionados as casas, castelos, igrejas e aldeias, manifestando o descontentamento das situações que vivia aquela população, assustando principalmente as pessoas das classes mais abastadas, fazendo com que parte delas fugisse do país.

Até o fim da era revolucionária na França, considerando que tenha acabado no ano de 1799, com o golpe de estado que põe Napoleão Bonaparte no poder, os revolucionários passariam por momentos conturbados, que ameaçariam o movimento. Outros países ameaçavam o levante na França. Isso porque esses acontecimentos causavam, em nações monarquistas, certo receio da propagação desses ideais de libertação, ao ponto de intervir, os colocando em posição de contrarrevolucionários. Ademais, existirá durante a revolução uma conspiração contra a nação organizada pelo próprio monarca, Luís XVI, que se viu sem saída diante da queda de seu poder.

Nesses momentos conturbados, o princípio libertador que sempre foi a base do movimento começava a entrar em declínio. Em grande medida porque os *sans-culottes* vão se dividir, frente aos interesses da Revolução; interesses esses que eram, na realidade, os interesses da burguesia, que foi desde o início quem mais se interessou e se beneficiou da revolução.

Nesse processo a grande massa vai se dividir em dois grupos denominados girondinos e jacobinos, este primeiro, liderado por representantes da alta burguesia, era o grupo mais conservador, que visava seus interesses pessoais e defendia a limitação dos poderes das massas. Em contrapartida, os jacobinos, que eram a parte mais “rebelde” do contexto, aquele que assume o poder da França em 1793, pregavam a luta pela libertação de qualquer forma de opressão e queriam, inclusive, acabar com todo viés de governo absolutista, depondo e executando o rei, o que de fato ocorreu naquele mesmo ano.

Liderado por Maximilien de Robespierre, o governo jacobino, foi o mais extremista e violento, executando qualquer um que se declarasse contrarrevolucionário, esse cenário ficou conhecido na história da França como “O Terror”, diante de tamanha violência característica dessa fase. Ao final do processo mais radical da revolução, o líder jacobino acabou sendo executado pelos seus próprios aliados. Em meio as reviravoltas dessa revolução, em 1794 os girondinos tomam o poder, trazendo um governo mais “tranquilo” em comparação a era jacobina, assentando assim os interesses da burguesia,

inclusive voltando atrás em relação às inúmeras conquistas reivindicadas por parte da população, no início do movimento.

Ao se colocar no poder através de um golpe, Napoleão Bonaparte, que era um general do exército francês, centralizou o poder em suas mãos, assegurando e firmando todos os interesses da burguesia. E é justamente esse fato que, segundo alguns historiadores, põe fim a era revolucionária da França. Embora “vencida” a revolução se fará vitoriosa ao longo dos séculos, servindo como referência a inúmeros países todo, baseados nos seus princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, lema da proeminente Revolução Francesa.

As mulheres da História

Falar de mulher na história é o mesmo que gritar sobre um abismo e receber de volta, não o eco, mas o silêncio. Silêncio: o termo que consegue definir bem o ser mulher ao longo dos séculos: ocultada, apagada, negligenciada, silenciada.

Ao pensar-se nas “mulheres na história” é necessário antes de mais nada analisar a própria historiografia. A figura feminina, nunca foi protagonista de sua própria história: despossuídas de direitos civis e políticos, sua realidade era a da “dona de casa”, reservado ao núcleo familiar. Eram tuteladas pelos pais, quando não pelos maridos; subordinadas e submissas aos seus esposos, tinham uma série de regras e obrigações a serem obedecidas, deixando claro que “é o que se espera de uma mulher”. Desde cedo elas aprenderam que não ocupam o mesmo espaço social.

O homem era a figura pública, ativa socialmente e detentor daqueles mesmos direitos que elas não possuíam, principalmente – e na grande maioria dos casos –, a alfabetização e tudo aquilo que desenvolvia o pensamento crítico e racional. A partir daí pode-se observar que, até um determinado período do passado, a história foi uma ciência escrita por homens e dos poucos relatos que se tenha feito de alguma mulher importante a ponto de ser estudada, essa ainda é descrita e analisada pelos olhos masculinos.

[...] O “ofício do historiador” é um ofício de homens que escrevem a história no masculino. Os campos que abordam são os da ação e do poder masculinos, mesmo quando anexam novos territórios. Econômica, a história ignora a mulher improdutiva. Social, ela privilegia as classes e negligencia os sexos. Cultural ou “mental”, ela fala do homem em geral, tão assexuado quanto a Humanidade. Célebres – piedosas ou escandalosas –, as mulheres alimentam as crônicas da “pequena” história, meras coadjuvantes da História! (PERROT, 2017, p. 197)

Talvez o maior impasse das mulheres seja justamente a busca constante da desconstrução e desvinculação dessa narrativa feita sobre elas, mas não por elas.

“Ninguém nasce mulher: torna-se mulher.”, a autora do livro *O segundo Sexo*, Simone de Beauvoir, ao fazer tal afirmação, refere-se à construção por parte da civilização que “cria” qualificações que definirão a atuação no meio social do macho e da fêmea e, por conseguinte, o que os distingue. Entretanto, a mesma ideia pode ser vista sob um outro prisma: o ‘tornar-se mulher’ é sobretudo quebrar os paradigmas que foram impostos às pessoas do sexo feminino e permitir que sejam porta-vozes de suas vontades, escolhas e decisões.

Inúmeras são as conquistas das mulheres ao longo dos anos, visto que o movimento feminista que surgiu no final do século XIX abriu precedentes para que elas, militantes, reivindicassem direitos básicos para todas.

As revoluções de modo geral são vinculadas a figura guerreira e ativa dos homens. Esse dado é um dos fatores principais que excluía as mulheres de terem sua participação social de forma íntegra.

Contudo, pode-se pensar que esse fato se dá mediante a atuação do ser humano em relação a vida, sua capacidade de refletir, de modificar, de evoluir e criar situações que visem seu bem-estar, pensando sua própria sobrevivência. Talvez essa seja a teoria que mais faz sentido. Todavia, o que faz com o que o homem se coloque em posição de superioridade a algo ou alguém não é a busca pela valorização da vida, pelo contrário, essa premissa parte da sua capacidade de destruí-la.

Basta um olhar para o passado para que se conclua, a verdade do exposto: a maior parte da história humana, é regada por grandes conflitos bélicos de proporções inimagináveis. O cenário: homem matando homem, dessa mesma espécie que por tanto tempo se viu e se vê, superior às demais. “Não é dando a vida, é arriscando-a que o homem se ergue acima do animal; eis por que, na humanidade, a superioridade é outorgada não ao sexo que engendra e sim ao que mata”. (BEAUVOIR. 1980 p.84)

Ou seja, a relação de poder do homem sobre a figura feminina é uma construção social que por muito tempo foi mantida, mediante a “atuação” de ambos os sexos dentro da mesma sociedade; não seria diferente na França.

A mulher francesa nunca foi vista como uma amazona, e sequer se pensasse tal possibilidade, a posição do homem guerreiro, certamente sempre o colocou no pedestal da superioridade, distanciando de si a figura feminina.

A participação delas na Revolução, projetava-se na “contramão” do atual cenário político e social. O movimento revolucionário tinha em suas bases, princípios da corrente filosófica iluminista, que pregava o ideal de igualdade dentre os homens; a própria França, ao criar o documento intitulado “Os direitos dos homens e dos cidadãos”, que foi elaborado justamente dentro desse contexto de efervescência, pautado na mesma filosofia, descartava a mulher como indivíduo, uma vez que esses direitos não se aplicavam a elas. Ainda assim, buscaram insistentemente seus lugares, nesse conflito que também era a respeito delas.

Nos bastidores, essas mulheres também fizeram história. Mas, o quanto dessas ações se tem conhecimento? Por trás das cortinas, continuamente foram fundamentais, mas sempre estiveram sob a sombra das ações masculinas. Aqui, os holofotes serão para elas, deixando claro em evidências, que esse marco histórico é também construído por mãos fecundas de inúmeras mulheres e o quanto de suas ações foram determinantes na França revolucionária.

As francesas

A primeira ação das mulheres francesas que encabeçaria toda as outras reivindicações por elas feitas no decorrer da revolução, colocando-as em posição de “militantes” é sem sombra de dúvidas, as anotações feitas nos *Cahiers de Doléances*, os Cadernos de Queixas.

Assim como o próprio nome sugere, eram organizados cadernos onde a população francesa, representadas por seus respectivos Estados, anotavam suas insatisfações, sugestões e queixas, que visava, justamente, a manifestação sobre seus descontentamentos perante a situação que vivia o país. Essas reivindicações chegariam até o rei através desses escritos. Contudo é importante lembrar que nem todos eram alfabetizados, principalmente o grupo de pessoas que era composto o terceiro Estado, fazendo com que assim, apenas uma parcela da população pudesse expressar-se.

As mulheres de modo geral, se organizavam para participarem e darem voz as suas insatisfações sobre o modo que viviam dentro daquela realidade, mostrando certa aversão pelo comodismo do rei perante a situação que se encontrava a França. Embora a maioria delas não estivessem dentro da mesma condição de classe social, uniram-se todas,

mulheres do campo, costureiras, as que faziam parte de guildas e as burguesas, todas com o mesmo intuito e objetivo: serem ouvidas.

Inúmeras vezes – assim como em outros aspectos –, tudo que partia das mulheres não tinha mera relevância; as que eram letradas, ao fazerem suas anotações nos cadernos de queixas, assinavam com pseudônimos, todos eles masculinos.

O que chama atenção, contudo, são as causas pelas quais elas estavam dispostas a brigar; a “modernidade” presente nos escritos feitos por elas, mostravam o quanto o pensamento dessas mulheres no contexto do século XVIII já era bastante revolucionário por si só.

Elas buscavam a atenção do rei para causas extremamente importantes, visando o “bem-estar” da população em geral, tendo em vista que a discrepância da qual vivia a maior parte dos franceses em relação as classes mais abastadas, era gritante.

Pensando a época e a sua mentalidade, é possível analisar que a ação das mulheres, desde as mais simples até as mais extremas, mostra o tamanho de suas insatisfações e por conseguinte oferece noções básicas para se refletir sobre por quanto tempo viveram sujeitas a situações degradantes, que eram recorrentes ali, até tomarem a decisão de rebelarem-se. Isso tudo porque, como já mencionado outras vezes, as mulheres eram instruídas e educadas para serem virtuosas, nos dizeres da época, mas jamais militantes. Mas afinal o que queriam as mulheres?

De modo geral, pediam o que hoje são considerados direitos básicos e universais, sem distinções, e para todos os seres humanos. Elas queriam, além dos direitos civis, educação e também proteção econômica, uma vez que seus salários eram inferiores aos dos homens, mesmo quando realizavam as mesmas tarefas, e em casos de eventuais acidentes ou doenças, isso podia privá-las de recursos. (MORIN, 2014)

Toda a construção estereotipada a respeito da figura da mulher, principalmente os adjetivos de senso comum, foram e são usados, a fim de reduzi-las à frágil, delicada, sentimental, emocional, manipulável, dentre outros do tipo. Embora as mulheres, de forma geral, apresentem características muito próprias, e algumas delas fazem jus a esses adjetivos; a única intenção da sociedade, que esteve por muito tempo pautada nisso, ao se referir à figura feminina, teve como objetivo justificar a suposta incapacidade da mulher de estar em outros ambientes, realizando outras tarefas, atuando em outros meios sociais e tornando-se sobretudo, também a imagem pública, que sempre pertenceu ao homem.

Na França, isso se revela de tal maneira: a importância dos deveres maternos, serviam para justificar a exclusão feminina da política. Elas, por outro lado, usavam do discurso difamatório da incompetência masculina como meio para estarem envolvidas socialmente nas questões públicas.

Durante a Revolução, a razão alegada pelas mulheres para o seu envolvimento na luta política frequentemente é a inação ou a covardia dos homens -elas os envergonham, declarando que eles não serão homens até conquistarem a liberdade. As mulheres então ameaçam tomar a frente e heroicamente defender a pátria com a própria vida: pegarão em armas se preciso for. [...] (MORIN, 2014. p.83)

Os problemas sociais e econômicos já não eram mais os únicos impasses enfrentados pelas mulheres, o comodismo e a falta de ações concretas dos homens, faziam com que elas, por elas mesmas, se mobilizassem. A longo prazo, essas ações trariam inúmeras consequências, uma vez que elas experimentassem da força militante que tinham, estariam cada vez mais perto de terem sua autonomia. Essa concepção sem dúvida alguma já fervilhava no pensamento de algumas -se não de todas- mulheres, seria para elas a revolução em prol de seu país, a França, e delas próprias, com caráter autônomo buscando defender a independência da mulher. Uma delas se destaca em particular, ao propor em anexo a Revolução Francesa, uma revolução a favor da mulher enquanto membro de uma sociedade, que protegia e promulgava os direitos dos cidadãos.

Marie de Gouges, de pseudônimo *Olympe de Gouges*, foi no contexto dessa França revolucionária, uma ativista pelos direitos civis da nação. Contudo, ela se debruça sobre as causas das mulheres em resposta à *Declaração dos direitos dos homens e cidadãos* – importante salientar que o conceito de “homens” não partia da ideia enquanto definição de humanidade, o documento se refere diretamente às pessoas do sexo masculino –, sendo que esse documento deixava excluídas as mulheres.

Olympe, ao desenvolver o documento *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne* (Declaração dos direitos da mulher e da cidadã), causa uma grande agitação naquele contexto social, por justamente tornar público uma proposta a qual ninguém ousou defender até então. A declaração dos direitos da mulher e da cidadã é sobretudo uma extensão da declaração dos direitos dos homens e cidadãos, e que tinha como objetivo defender os mesmos direitos que detinham os homens, em relação às mulheres, uma vez que para ela, homem e mulher constituíam a mesma sociedade em direitos e deveres.

Com esse documento endereçado a Assembleia Nacional da França, ela esperava sua aprovação, assim como havia sido o documento anterior, o que não ocorreu. O documento consistia em 17 artigos, que declarava as mulheres iguais aos homens perante a lei, legislava em relação aos direitos do trabalho, da propriedade privada, da autonomia política e social, da conservação dos direitos naturais, da liberdade, dentre outros. Esses artigos atualmente são direitos irrevogáveis, mas que à época não faziam parte das discussões, era algo incomum. A ação de Olympe, foi fator determinante naquele momento de sua vida e também contribuinte para o fim dela.

No artigo décimo da Declaração dos Direitos das mulheres e das Cidadãs, Olympe de Gouges dizia: “*A mulher tem o direito de subir ao cadafalso; mas ela deve igualmente ter o direito de subir à tribuna*”. A grande ironia é que, Olympe sequer pode expressar o que pensava e da forma – não convencional – da qual pensava. Foi guilhotinada no dia 3 de novembro de 1793. A justificativa de sua execução é aquilo que sempre esteve em voga: mulheres não devem apropriarem-se de assuntos que não sejam de sua natureza. Ou seja, na esfera pública, a figura feminina não tem voz.

Em um informe sobre sua morte, consta que “Olympe de Gouges, nascida com uma imaginação exaltada, tomou o seu delírio por uma inspiração da natureza: quis ser Homem de Estado. “Ontem a lei puniu esta conspiradora por ter esquecido as virtudes que convêm ao seu sexo”. (CUTRUFELLI, 2009, p.303. *Apud* Gil, 2009).

Assim como tantas outras mulheres que viveram no contexto efervescente da Revolução Francesa, – que inclusive morreram lutando por seu país –, caíram no esquecimento e foram ofuscadas pela figura masculina, a vida de Olympe e seus inúmeros escritos são uma revolução a parte e de importância sem precedentes; ela foi morta por ser considerada “revolucionária demais”, esse é o triunfo das inúmeras justificativas as quais sempre tiveram como objetivo viabilizar a redução do Ser mulher, seja ela numa perspectiva histórica ou contemporânea, o discurso é sempre o mesmo.

A ação de literalmente ir de encontro ao rei em Versalhes mostra a vontade frenética dessas mulheres em relação à busca de melhores condições de vida. Inúmeras foram as tentativas de negociações, implorando ao rei que resolvesse o impasse da falta de pães. Chegando no estágio de fome extrema, devido os grandes problemas econômicos do país, que fizeram aumentar os preços de vários setores essenciais para a subsistência – principalmente do pão, o alimento principal para consumo das famílias mais pobres

daquela sociedade – serão elas que vão trazer nos ombros a representação de liderança e segurança; de um país que tinha um monarca que jurava prestar assistência e auxílio para seu povo, uma vez que os homens não tomavam iniciativa alguma para a melhoria de tais situações.

Alguns dias antes da invasão do Hotel de Ville, mulheres amotinadas tinham se queixado: “os homens ficam para trás... os homens são covardes... amanhã as coisas funcionarão melhor: nós vamos comandar as negociações”. [...] Dali saíram vários grupos para recrutar outras mulheres, as quais vieram em massa de todas as direções para o ponto de encontro no meio dos Champs Elysées. Armadas de lanças, foices, machados, mosquetões, puxando um canhão sem munição, marcharam quatorze quilômetros em seis horas sob a chuva. (MORIN, 2014, p.100)

Conclusão

Ao analisar e buscar compreender tal período histórico, conclui-se que as mulheres atuaram em vários setores da grande revolução e sempre tiveram sede de participarem bravamente das lutas decorrentes ali, correndo todos os riscos e compreendendo as consequências que isso traria. A ação delas oferecem ao imaginário atual, pensar-se que talvez a Revolução Francesa tivesse seguido outros rumos. Isso porque devido à inatividade dos homens – enquanto ações concretas – que sempre tiveram à frente do levante, girava em torno de apenas provarem o quanto eram nobres e nacionalistas, a ponto de derramarem sangue pelo seu país.

Diferentemente dos pensamentos deles, a vontade da mulher em ser atuante dentro desse conflito era devida, sobretudo, de motivações mais amplas e de cunho social. As inúmeras tentativas de acordo com o rei da França, revelavam o interesse dessas mulheres de melhores condições de existência em prol da população, sem êxito elas partem de outro ponto: a movimentação social.

Tais mulheres lutavam pelas mesmas questões que ainda hoje a sociedade luta: saúde, educação, direitos básicos, cidadania, autonomia feminina, dentre outros. E o motivo do qual elas foram excluídas da história, mesmo quando provaram merecedoras de tal reconhecimento, é genuinamente por serem mulheres que ao longo de toda a vida humana, foram instruídas a terem outras funções no meio social e não ocuparem o espaço que historicamente sempre foi do homem. Isso porque ainda há – por parte de alguns setores da sociedade – a manutenção daquele pensamento primitivo que insiste em dizer que as mulheres são inferiores e incapazes de terem sucesso em outros aspectos, a não ser aquilo que a sua “natureza” exigia.

Referências bibliográficas

BEAUVOIR. Simone. **O Segundo Sexo, fatos e mitos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

ENGELS. Friedrich. **A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado**. 4. ed. São Paulo: Lafonte, 2017.

CUTRUFELLI. Maria Rosa. **Eu vivi por um sonho**. Rio de Janeiro: Record, 2009. *Apud*

GILL. Lorena. **Olympe de Gouges e seus últimos dias**. Pelotas: Pensamento Plural, 2009.

HOBBSAWN. Eric. **A Era das Revoluções**. 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

MORIN. Tania. **Virtuosas e Perigosas, as mulheres na Revolução Francesa**. São Paulo: Alameda, 2014.

PERROT. Michelle. **Os Excluídos da História, operários, mulheres e prisioneiros**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.